

Ministro do Trabalho é afastado por suspeita de fraudes sindicais

O ministro do Trabalho, Helton Yomura, foi afastado do cargo na manhã desta quinta-feira (5/7) por decisão do ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal. Ele e outros investigados são suspeitos de integrar uma organização criminosa que atuava na concessão fraudulenta de registros sindicais no ministério.

José Cruz/Agência Brasil



Yomura é suspeito de integrar organização criminosa que atuava na concessão fraudulenta de registros sindicais no Ministério do Trabalho.
José Cruz/Agência Brasil

A ação faz parte da terceira fase da operação registro espúrio e foi autorizada por Fachin após pedido da Polícia Federal e da Procuradoria-Geral da República. Policiais federais cumprem, desde cedo, dez mandados de busca e apreensão e três de prisão temporária, em Brasília e no Rio de Janeiro.

Fachin também determinou buscas no gabinete do deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), além da prisão do chefe de gabinete de Yomura, Júlio de Souza Bernardes, do superintendente regional do Trabalho no RJ, Adriano José de Lima Bernardo, e de Jonas Antunes Lima, assessor do deputado.

Procurada, a assessoria de imprensa do ministério afirmou que o setor jurídico da pasta ainda não tem informações sobre o caso. Já a assessoria do deputado Marquezelli não atendeu às ligações da reportagem. O processo corre em segredo de Justiça.

Por meio de nota, a defesa do ministro do Trabalho afirma que ele "adotou rigorosas providências institucionais para a garantia do interesse público, podendo se destacar: exoneração imediata de todos os servidores sob investigação, abertura de sindicância e processos administrativos para averiguação dos fatos e suspensão de todos os atos que pudessem provocar repercussões no âmbito da investigação".

Ainda segundo a defesa, mesmo desconhecendo quais atos lhe são imputados, o ministro nega veementemente qualquer crime ou irregularidade.

Interesse político



Deflagrada em maio, as investigações da PF indicaram que "importantes cargos da estrutura do Ministério do Trabalho foram preenchidos com indivíduos comprometidos com os interesses do grupo criminoso, permitindo a manutenção das ações ilícitas praticadas na pasta". Na segunda etapa da operação, a PF fez buscas no apartamento da deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ), filha do presidente nacional do partido, Roberto Jefferson. Os dois são padrinhos políticos de Yomura.

De acordo com a PF, a operação apontou um "loteamento" de cargos do Ministério do Trabalho. Além disso, os registros de entidades sindicais na pasta eram obtidos mediante pagamento de vantagens indevidas, não sendo respeitada a ordem de chegada dos pedidos ao ministério. A prioridade eram os pedidos intermediados por políticos. *Com informações da Agência Brasil.*

**Texto alterado às 11h40 do dia 5/7/2018 para acréscimo de informações.*

Date Created

05/07/2018